

## **COMUNISTA, NÃO. GRAÇAS A DEUS.**

**Claudefranklin Monteiro Santos**

Pós-Doutor em Cultura e Sociedade/ UFBA

Professor do Departamento de História/ UFS

[franklinmonteiro@oi.com.br](mailto:franklinmonteiro@oi.com.br)

**Rosana Oliveira Silva**

Mestre em História pela UFS

Professora do Colégio Santa Teresinha - Boquim-SE

[rosanabitencurt@hotmail.com](mailto:rosanabitencurt@hotmail.com)

**Resumo:** Discussão à cerca do contexto das acusações feitas a Dom José Brandão de Castro de práticas comunistas e “subversão” durante os anos de seu episcopado, à frente da Diocese de Propriá (1960-1987), à luz da repercussão midiática do caso, principalmente nos jornais impressos locais. Afora a necessidade de entender de que maneira as relações entre Igreja e Estado foram conduzidas durante a vigência da ditadura civil-militar em Sergipe, tendo com aporte, também, documentação levantada pela Comissão Estadual da Verdade.

**Palavras-chave:** Dom José Brandão de Castro – Ditadura Militar - Comunismo

## COMMUNIST, NO. THANK GOD.

**Claudefranklin Monteiro Santos**

Pós-Doutor em cultura e sociedade/ UFBA

Professor do Departamento de História/ UFS

[franklinmonteiro@oi.com.br](mailto:franklinmonteiro@oi.com.br)

**Rosana Oliveira Silva**

Mestre em História pela UFS

Professora do Colégio Santa Teresinha - Boquim-SE

[rosanabitencurt@hotmail.com](mailto:rosanabitencurt@hotmail.com)

**Abstract:** In the context of the accusations made to Bishop José Brandão de Castro of communist practices and "subversion" during the years of his episcopacy, at the head of the diocese of Propriá (1960-1987), in the light of the media repercussion of the case, especially in local print newspapers. Aside from the need to understand how the relations between Church and State were conducted during the period of the civil-military dictatorship in Sergipe, and also with documentation submitted by the State Commission of Truth.

**Keywords:** Dom José Brandão de Castro - Military Dictatorship - Communism

*“Eu me conservo, plenamente tranquilo, porque diante de Deus eu posso declarar que eu não sou comunista”*, afirmou Dom José Brandão de Castro, primeiro bispo de Propriá, ao Jornal Tribuna de Aracaju, no dia 22 de maio de 1977.

Natural da cidade de Rio Espera- MG, aos 24 de maio de 1919, é filho de César Augusto de Oliveira Castro e Maria Afonso Brandão de Castro. Iniciou seus estudos para o sacerdócio aos 13 anos de idade, no Seminário Menor de Mariana, decidindo-se, mais tarde, tornar-se redentorista na Congregação do Santíssimo Redentor, estudando no Juvenato São Clemente Maria, em Congonhas, e depois no noviciado Igreja da Glória, em Juiz de Fora, ambos em Minas Gerais. Foi ordenado sacerdote em 06 de janeiro de 1944, no Santuário de Nossa Senhora da Penha, em São Paulo, e em 1960, foi nomeado pelo Papa João XXIII bispo da recém-criada Diocese de Propriá- SE, tomando posse em outubro do daquele ano.

Antes, porém, atuou em diversas atividades: redator e diretor da Revista Santuário São Geraldo, também Professor de Religião. Vale frisar que, além dos estudos teológicos, licenciou-se em Filosofia. Foi também vigário das paróquias de São Sebastião, em Coronel Fabriciano - MG e de São José em Belo Horizonte - MG.

Como bispo de Propriá, participou das sessões do Concílio Vaticano II, entre os anos de 1962 e 1965. Em 21 de outubro de 1977, no auge das acusações que sofreu, por denunciar a grilagem de terras nos estados da Bahia e Sergipe, foi empossado na Academia Sergipana de Letras, ocupando a cadeira 24. Em 1987, com a saúde comprometida, solicitou ao Papa seu afastamento da Diocese de Propriá. Voltou ao Estado de Minas Gerais, onde foi diagnosticado com a doença de Alzheimer, e faleceu em 25 de dezembro de 1999.

O que se segue é a tentativa de compreender e explicar o contexto das acusações feitas a Dom José Brandão de Castro de práticas comunistas e “subversão” durante os anos de seu episcopado, à frente da Diocese de Propriá (1960-1987), embasados para tanto na repercussão midiática do caso, principalmente nos jornais impressos locais.

O nosso personagem já foi biografado e objeto de pesquisa de alguns trabalhos. Interessa-nos aqui, percebê-lo a partir de uma lente específica e singular. Atuando, sobretudo, na região do

Baixo São Francisco de Sergipe, ele arregimentou para si diversos inimigos, enfrentando um episcopado bastante turbulento. Sua atuação rendeu-lhe, em fins da década de 1970, a acusação de prática de comunismo nas terras sergipanas, formalizada através dos jornais em circulação no período.

## **1. Eu, comunista?**

Dom José Brandão de Castro, durante o período que esteve à frente da Diocese de Propriá, enfrentou vários problemas e atuou em questões sociais, lutando junto a diversas camadas da sociedade sergipana, principalmente pelos mais necessitados. Seu episcopado englobou os anos de vigência da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), tornando-se, naturalmente, uma figura de destaque, pois com a sua mudança de postura de condescendência em relação ao regime para defensor de causas sociais, assumiu a posição de alguns bispos brasileiros que a partir do limiar da década de 70, defenderam com maior veemência a não violação de direitos humanos.

Em 1977, Dom Brandão foi convidado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional em Brasília, que investigava a situação do Sistema Fundiário de todo território nacional, na condição de representante do Nordeste da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O bispo de Propriá apresentou um vasto panorama sobre a situação do fenômeno social da grilagem de terras do Nordeste, especialmente na Bahia e Sergipe. Por seu discurso denunciador da situação precária existente nestes dois Estados, ele foi acusado de comunismo pelos deputados baianos Jairo Santo Sé e Stoessel Dourado e, posteriormente pelo diretor da CODESVAF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) Nilo Peçanha.

Àquela época, o discurso anticomunista foi uma justificativa para uma acusação muito forte e um dos motivos utilizados pelos militares para a instauração daquilo que entendemos como o golpe, lembrando que no contexto mundial esse fato ganhou grande relevância com o acirramento da Guerra Fria e o desenrolar da Revolução Cubana. Desta forma, nas décadas de 60 e 70, o anticomunismo atingiu o seu frenesi chegando àqueles que em suas elocuições levantavam-se contra a ordem vigente, que no caso brasileiro era de ditadura.

Nessa conjuntura, alguns setores da Igreja Católica assumiram o posicionamento em favor dos pobres, o que os levava a condenar a situação social calamitosa encontrada em diversas partes do Brasil, principalmente no Nordeste. No que concerne ao envolvimento de membros da Igreja Católica com problemas sociais, destacamos a postura da instituição a partir da publicação da Encíclica *Rerum Novarum* (1891) durante o papado de Leão XIII (1878-1903).

A experiência da América Latina diante da expansão dos regimes ditatoriais a partir da segunda metade do século XX ocorre no mesmo período que a Igreja Católica busca uma maior aproximação com as classes populares, ou seja, um ambiente pós-guerra marcado pela pobreza. A realização da II CELAM (Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano) em Medellín, na Colômbia no ano de 1968 buscou efetivar no continente americano, as ações que vinham sendo realizadas desde a concretização do Concílio Vaticano II cujas orientações visavam um contexto mais específico, no caso o europeu.

No Brasil, a questão social passou a ser tratada no âmbito eclesiástico com maior efetividade no período que compreende a vigência da ditadura civil-militar (1964-1985) o que não significa que não tenha atuado neste campo anteriormente, muito pelo contrário o envolvimento nessa temática pela Igreja Católica permeia parte de sua história. Contudo, no país a partir da década de 1930 foram tomadas decisões efetivas no intuito de buscar uma reaproximação com os fiéis e nesse ínterim, a questão social aparece como uma das bandeiras assumidas pelo clero, como também por leigos católicos.

Assumindo uma atitude inicialmente favorável ao regime que se instalou em 1964, a Igreja Católica buscou congregar seus ideais de conservação dos tradicionais valores cristãos e de banimento do comunismo a aqueles propostos pelo governo militar de restauração da ordem democrática. Entretanto, com o encaminhamento da ditadura para uma fase de violação das liberdades e a prática sistemática de violência contra os opositores, coube a Igreja no Brasil, assim como em grande parte da América Latina, o papel de contestadora das atrocidades cometidas. Em um período em que a sociedade estava silenciada, a Igreja despontou como uma das poucas vozes capazes de manifestar-se.

À propósito da figura do bispo de Propriá, tratava-se de um homem cujo episcopado foi marcado por uma contundente atuação social. Engajado em várias lutas por melhores

condições de vida de seus fieis, Dom Brandão utilizava-se do órgão oficial de imprensa da diocese para expor seus ideais religiosos e sociais.

As denúncias contra Dom José eclodiram logo após seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito, no mês de abril, que analisava a situação do Sistema Fundiário no Brasil. Na ocasião, o bispo de Propriá colocou-se como porta-voz dos trabalhadores menos favorecidos denunciando a situação de grilagem existente no país, sobretudo na Bahia e em Sergipe. Deputados baianos, incomodados com as incriminações proferidas por ele, acusaram-no de comunismo.

A simples menção a ligação de um bispo ou de outros membros do clero com práticas comunistas gerava, no período, uma série de desentendimentos e discussões, pois, vale frisar, o país encontrava-se sob um regime ditador, com fortes disposições anticomunistas e mesmo no seio da Igreja Católica havia incompatibilidade entre tal prática e o ser cristão.

O discurso anticomunista adquiriu maior expressão no Brasil durante a década de 1930, com o movimento que ficou conhecido na história como Intentona Comunista. A partir desse período, o comunismo passou a ser identificado como um inimigo real. Já nos anos 60, durante o governo de João Goulart (1961-1964) e com a instauração do regime ditatorial, o comunismo voltou à cena como um perigo eminente que necessitava ser extirpado. Era necessário proteger-se da “ameaça vermelha”.

A discussão sobre a presença de membros da Igreja envolvidos com o comunismo acalorou os debates nos anos que antecederam e principalmente durante a vigência do regime militar. Porém, para Rodrigo Pato Sá Motta, a Igreja no período encontrava-se voltada para outras prioridades “(...) muitos católicos reformistas passaram considerar o comunismo problema secundário, frente à enormidade das mazelas sociais do país” (2000, pp. 304-305). O autor enfatiza que não é que a hierarquia deixasse de lado suas antigas disposições antimarxistas, elas não eram identificadas como o perigo a ser combatido naquele momento.

A expansão do comunismo também fez a Igreja repensar o seu papel social, sendo que o combate a este foi uma das explicações que a instituição utilizou para alinhar-se aos ideais dos regimes autoritários conforme mencionamos anteriormente. Buscava assim adquirir espaço no contexto político vigente, promovendo sua visibilidade e ajudando no reestabelecimento da

ordem social brasileira. Portanto, o que se pregava era a necessidade de salvaguardar o país da subversão e da imoralidade, atuava-se “(...) *em nome da ‘democracia’ e da civilização ocidental cristã*” (GOMES, 2014, p. 42).

Neste sentido, a trajetória de Dom Brandão encontra explicação na tese de Motta (2000), pois não se encontra na postura do bispo de Propriá um apelo anticomunista, o que não quer dizer que apoiasse tal sistema, ao contrário declarou, por várias vezes, não sê-lo. Suas atitudes e seu episcopado foram muito mais voltados para o enfrentamento das mazelas sociais que assolavam a população de sua diocese do que qualquer outro problema.

Sem ser comunista ou mesmo pretendendo sê-lo, Dom José viveu parte de sua vida com essa peja. Em grande medida, esse personagem da História da Igreja Católica em Sergipe traduz a relação de aproximação e distanciamento entre a Igreja e o Estado, ao longo da História do Brasil, notadamente, do Regime Militar.

## **2. Diga com quem tu andas.**

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, os ministros militares deram início a uma manobra que visava impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse a presidência, já que estava ausente do país em viagem a China. Alegavam que Jango “(...) *representava uma ameaça à estabilidade do país e uma promessa certa de caos*” (REIS, 2014, p. 30). Entretanto, um movimento de resistência foi liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, visando à manutenção da legalidade constitucional e alcançou sucesso, pelo menos temporariamente. Depois de várias negociações, João Goulart assumiu a presidência em setembro de 1961.

Jango propunha instalar no Brasil um programa de reformas de base, e entre elas a reforma agrária. Setores tradicionais da Igreja Católica viam na reforma agrária uma forma de derrubar o direito cristão a propriedade privada, defendido pela instituição desde a Encíclica *Rerum Novarum*. Dessa forma, a Igreja também tinha seus motivos para apoiar o golpe, este seria uma forma de conservar o latifúndio rural e valores da cristandade.

Sobre a temática da reforma agrária, vale destacar a carta pastoral publicada em 10 de setembro de 1950 pelo bispo de Campanha, Minas Gerais, Dom Inocêncio Engelke. Intitulada de “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural<sup>1</sup>” tal carta foi considerada um marco no discurso da Igreja no Brasil sobre reforma agrária e explicitava o temor desta instituição para com a migração de trabalhadores rurais do campo para a cidade onde se acreditava que encontrariam com as ideias comunistas. A temática, sempre controversa, criou divisões no seio da Igreja.

A militarização do Estado constituída por opressão e violência estabeleceu as linhas gerais para o conflito que se desenhou nos anos seguintes entre o governo militar e o clero. A Igreja Católica no Brasil assumiu desse modo, a posição de principal força opositora à ditadura militar. Todavia, não sem represálias. Ver-se-á que vários clérigos foram alvo da vigilância constante dos órgãos de repressão, assim como os torturados e os assassinados.

Dom Hélder Câmara foi à expressão máxima daqueles que ficaram conhecidos na história como “*bispos progressistas*”. Sua atuação em defesa dos mais necessitados e sua campanha nacional e internacional de denúncia das torturas praticadas pelo regime o alçaram ao nível de mais vigiado clérigo do período, sendo por diversas vezes acusado de comunista subversivo e ameaçado de prisão. Entretanto, as investidas do regime contra dom Hélder só fizeram fortalecer sua atuação.

O posicionamento assumido pelo clero sergipano frente aos acontecimentos de 1964, que culminaram numa ditadura civil-militar de 21 anos. Cabe ressaltar que se tornou lugar comum entre a sociedade civil, a ideia de que o golpe de Estado iniciado em 31 de março e concretizado no dia seguinte, 01 de abril de 1964 consolidaria a democracia brasileira. O principal objetivo divulgado era afastar o perigo do comunismo que rondava a sociedade de forma alarmante, doravante “(...) *crecia o receio e temor de amplos setores organizados da sociedade civil, do clero católico e das forças armadas de uma eminente desorganização social, política e econômica*” (CANCIAN, 2011, p. 40). E nessa empreitada a Igreja Católica uniu-se aos militares.

---

<sup>1</sup> ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950) In: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais). São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 43-53.

Em Sergipe, o clero também não escapou da dubiedade de posicionamentos existentes em âmbito nacional, conforme mencionamos no capítulo anterior, frente ao regime militar instituído em 1964. Houve posturas favoráveis e contrárias, assim como houve em um primeiro momento uma tendência a apoiar o golpe, o que não quer dizer que dentro desse apoio não houvesse também dissensões.

As décadas do regime militar em Sergipe foram marcadas desta maneira, pela atuação destacada de dois religiosos que deixaram seus nomes na história do Estado atuando de formas diversificadas, em variados âmbitos da vida social e religiosa. São eles: Dom José Vicente Távora, Arcebispo de Aracaju e Dom Luciano Cabral Duarte, Bispo de Aracaju. De acordo com Dantas (2015), esses dois religiosos foram à expressão mais nítida da divisão que reinava no clero sergipano.

Nos anos iniciais do regime militar, o clero sergipano, apesar de manter nomes que se posicionavam contrários ao regime, assumia uma postura nacional ao alinharem-se as ideias de libertação da sociedade do “*mal comunista*”. Quando afirmamos uma postura nacional embasamo-nos na historiografia, principalmente nas obras de Serbin (2001), Nascimento (2008), Gomes (2014) os quais concordamos com seus escritos.

O editorial do jornal *A Cruzada*, periódico criado pela Diocese de Aracaju, do dia 25 de abril de 1970 reitera a postura apoiadora ao regime dos bispos sergipanos, ao salientar que “(...) *é evidente que o governo brasileiro, diante de fatos consumados de subversão e terrorismo, não pode cruzar os braços uma vez que lhe compete defender a tranquilidade e família brasileira*” (A CRUZADA, 25 de abril de 1970, p.1). O jornal reitera assim, a necessidade de o governo agir para manter a ordem e os princípios cristãos.

O editorial faz ainda uma crítica veemente à ação esquerdista revolucionária desenvolvida por guerrilheiros a partir de fins da década de 60, onde uma onda de sequestros, mortes, assaltos a bancos foi posta em prática na tentativa desesperada de cessar o regime. Particularmente, esta

matéria condena o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick no Rio de Janeiro em 1969<sup>2</sup>.

Percebemos então, o quanto a Igreja em Sergipe também estava engajada na luta de contra o “perigo vermelho”. Havia dessa forma, entre o episcopado brasileiro uma nítida aversão ao comunismo, assim, concordava-se com o golpe como forma de reestabelecer os princípios democráticos e evitar a ascensão de tal regime comunista.

Em que pesem tais considerações sobre a participação da Igreja Católica em Sergipe nos acontecimentos que envolveram a instauração e vigência do regime militar, nos cabe mais uma vez salientar que esta instituição e a sociedade como um todo não ficaram inunes a tais eventos, entretanto sabemos que nem sempre foi possível vislumbrar uma postura nítida, seja ela favorável ou contrária.

No caso específico de Dom Brandão, primeiro bispo da Diocese de Propriá, como já salientamos antes, destacou-se durante o período ditatorial por sua atuação em favor da reforma agrária e dos direitos humanos. Seu desempenho a frente da Diocese de Propriá chamou atenção das autoridades militares durante o regime ao ponto de ser acusado nacionalmente de comunista e “subversivo”.

Envolvido com a questão social, nos municípios pertencentes à Diocese de Propriá, Dom José Brandão de Castro se viu enredado em uma série de acusações pela realização de práticas comunistas feitas a partir do ano de 1977.

Em 20 de abril daquele ano, o bispo de Propriá depôs na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Sistema Fundiário no Brasil na condição de representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região Nordeste. Na ocasião ressaltou, sobretudo, a realidade vivida nos Estados da Bahia e Sergipe. Esse fato foi o estopim para toda a guerra midiática que se travaria nos meses seguintes entre defensores e acusadores de Dom Brandão.

---

<sup>2</sup> Sobre esse acontecimento ver “Os Estados Unidos: um embaixador sequestrado e algumas reflexões”. In: SKDIMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 203-210.

### **3. Tenho dito: que não.**

A manchete da edição de nº 620 de 13 de junho de 1977 traz a transcrição literal do depoimento de Dom José realizado no Congresso Nacional. Em suas declarações o Bispo de Propriá denuncia o crime de grilagem:

(...) A grilagem de terras se tornou um ato tristemente rotineiro, como mostramos em nosso relatório, e os conflitos se multiplicam em todo o Nordeste, provocados pelo grileiro, com seus capangas armados e pela ameaça explícita; pela pressão irresistível; pela falsificação de documentos, onde sempre se apresenta a triste convivência do nosso sistema medieval de cartórios e tabelionatos incompatíveis com uma concepção democrática de justiça, e por mil outras formas de fraude e coação. (Jornal A Defesa, nº620, 13 de junho de 1977, p.01).

A denúncia de Dom José contra os crimes de grilagem foi o marco para todas as acusações posteriores que o foram feitas. Os primeiros acusadores foram os deputados baianos Jairo Santo Sé e Stoessel Dourado. De acordo com matéria publicada na página 02 da edição nº620, Stoesel Dourado opôs-se a proposta de instalação de uma CPI para apurar as denúncias feitas por Dom Brandão no que se refere ao território da Bahia. Acusando-o de comunismo, o deputado baiano afirmou que “*a Igreja está cheia de comunistas*” (A Defesa, nº620, 13 de junho de 1977, p.02).

Toda a discussão travada na Assembleia Legislativa da Bahia foi relatada na notícia, que enfatizou os nomes dos que foram favoráveis e os contrários a instalação da CPI. O deputado Jairo Santo Sé foi mais enfático que seu colega de bancada parlamentar e afirmou com todas as palavras “*(...) o Bispo de Propriá é comunista*” (A Defesa, nº 620, 13 de junho de 1977, p.02).

O depoimento de Dom Brandão foi novamente lembrado para destacar as empresas e pessoas envolvidas com a grilagem que este denunciou. Faz-se ainda lembrar todo mal causado aos trabalhadores rurais e posseiros com a realização do ato criminoso. No final uma nova denuncia é feita, desta vez contra os interesses dos deputados que são contrários a CPI da grilagem. Acusasse-os de estarem agindo em benefício próprio, visto que entre eles encontravam-se pessoas que tinham feito suas riquezas através da prática de grilagem.

Uma das defesas de Dom Brandão que ganhou maior repercussão foi à feita pelo deputado federal sergipano José Carlos Teixeira<sup>3</sup> (MDB). Em discurso realizado na sessão do Congresso Nacional do dia 13 de maio de 1977, Teixeira traçou uma defesa ferrenha de Dom Brandão posicionando-se totalmente a favor do Bispo de Propriá e rendendo elogios a sua ação social e pastoral. Chamou a acusação de “descabida e irresponsável” e enfatizou a banalização da utilização do termo comunista.

Vejamos trecho:

(...) venho manifestar neste instante meu mais veemente protesto, porque esse Bispo, um mineiro a serviço de Sergipe, é homem culto, de a doutrina social da Igreja, pregando seus princípios desde os primórdios de sua existência. Acusação descabida e irresponsável como essa merece repulsa não só de minha parte, mas do MDB e dos sergipanos. D. José Brandão de Castro tem prestado a Sergipe relevantes serviços e, como afirmou o Cardeal Primaz da Bahia, "não é e nem pode ser comunista". (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, Seção I, Ano XXXII - Nº40, 14 de maio de 1977, p.55-56).

Em documento encontrado na Comissão Estadual da Verdade também identificamos referências à defesa impetrada por Jonas Amaral a Dom Brandão. O documento de nº 031/79 nas páginas 21 a 23 cita a repercussão midiática da defesa proferida pelo vereador. O documento também relata que de acordo com o boletim da Diocese de Propriá, Jonas do Amaral aparece entre aqueles que apoiaram Dom Brandão em seu depoimento contra a grilagem.

O mesmo documento acrescenta ainda que em sessão realizada na Câmara Municipal de Aracaju no dia 28 de outubro de 1977, o vereador Jonas novamente saiu em defesa do Bispo de Propriá ao criticar o presidente da CODEVASF por acusá-lo de práticas comunistas.

O jornal *Gazeta de Sergipe* também repercutiu as defesas feitas por políticos sergipanos a Dom Brandão. Em edição que circulou no dia 18 de maio de 1977 (p.01), destacou na manchete “Bispo de Propriá defendido na Assembleia”, os posicionamentos já mencionados dos deputados Guido Azevedo e Jackson Barreto.

---

<sup>3</sup> Natural da cidade de Itabaiana - SE, José Carlos Mesquita Teixeira tinha como formação a contabilidade, mas foi na política que alcançou significativo alcance. Foi Deputado Federal por Sergipe em quatro mandatos e também Prefeito de Aracaju (1985-86) e Vice-Governador na primeira metade dos anos 1990. Em Sergipe, foi um dos fundadores do PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro).

Ao jornal *Tribuna do Aracaju*, Dom Brandão concedeu entrevista publicada no dia 22 de maio de 1977. A seu favor, disse firmemente em resposta a pergunta de como ele estaria reagindo às acusações:

Eu me conservo, plenamente, tranquilo porque diante de Deus e do mundo eu posso declarar que não sou comunista. Essas reações, porém me causam uma profunda estranheza. A mim, me parece que o pessoal não devia, assim, se escandalizar com minhas palavras na comissão parlamentar de inquérito, mas devia se escandalizar com os fatos que minhas palavras procuraram, palidamente, descrever (...). (*Tribuna de Aracaju* apud *A Defesa*, 13 de junho de 1977, p.04).

Observamos que Dom Brandão foi categórico em suas afirmações, pois para ele não havia como suas ações serem vistas ou entendidas dentro de um contexto comunista, tal acusação era inconcebível. Assim o bispo defendeu veemente que não era e nunca havia sido um defensor ou propagador de tal doutrina.

Setores da Igreja Católica também se posicionaram contrários às acusações sofridas por Dom José. O Arcebispo da Bahia Dom Avelar Brandão Vilela emitiu nota a imprensa onde afirmou que “*Dom José Brandão de Castro não é comunista. Pode-se discordar de suas posições, mas não se pode ferir a autenticidade de seu cristianismo*” (*Mensageiro* apud *A Defesa*, 13 de junho de 1977, p. 04). Vê-se nas palavras do Arcebispo a incompatibilidade estabelecida entre os termos cristão e comunista. Não se pode ser cristão e assumir práticas comunistas, pois a Igreja Católica é totalmente contrária aos princípios desta ideologia, uma vez que o comunismo defende o ateísmo.

No dia 15 de agosto de 1977, o jornal *A Defesa* publicou transcrição da mensagem de Dom Mathias Schmidt bispo da Diocese de Ruy Barbosa, na Bahia defendendo Dom Brandão. Dom Mathias fez referência a Declaração Universal dos Direitos dos Homens para alertar sobre as violências de direitos sofridas pelo bispo de Propriá, diante das acusações a ele direcionadas. Segundo o bispo, Dom Brandão estava sendo alvo de ataques a sua honra e reputação, algo inconcebível de acordo com o artigo XII da referida Declaração.

Dom Mathias resumiu os fatos até chegar à acusação de comunismo. Sobre a palavra “comunista” destacou a banalização do termo e seu uso indiscriminado sem que se tivesse noção real de seu significado. Para ele havia dúvidas sobre a utilização do termo, se estava sendo usado “(...) *para insuflar as emoções, ou quem sabe como ‘red herring’ (...) para tirar*

*a nossa atenção dos fatos do caso*”. (A Defesa, 15 de agosto de 1977, p. 04). O fato de maior relevância é que o bispo da cidade de Ruy Barbosa defendeu Dom Brandão e confirmou a veracidade de suas afirmações sobre a grilagem de terras na Bahia, afirmando o mesmo que sua Diocese contribuiu com dados para o relatório apresentado pelo bispo de Propriá na CPI.

As denúncias contra o bispo de Propriá não ficaram restritas aos deputados baianos. Entre os meses de outubro e novembro de 1977 começaram a repercutir na imprensa novas acusações contra Dom José Brandão de Castro. Agora era o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Vale do São Francisco (CODEVASF) o denunciante.

A querela com a CODEVASF se desenvolveu entre os anos de 1974 e 1976 com os acontecimentos da Fazenda Betume. Localizada no município sergipano de Neópolis, a Fazenda Betume foi palco de um dos maiores conflitos de terra do Estado no período. A fazenda de propriedade privada produzia arroz em regime de meia com os camponeses da região. Porém, foi vendida a empresa governamental CODEVASF que acabou por proibir qualquer tipo de prática nas terras. Os camponeses pediram ajuda a Igreja de Propriá e esta os auxiliou, levando o caso a justiça. O papel de Dom Brandão foi essencial na mediação do conflito atuando em prol dos camponeses e de um projeto de reforma agrária<sup>4</sup>.

Em entrevista ao jornal *Correio Brasiliense*, Nilo Peçanha acusa Dom José de induzir os trabalhadores a invadir terras desapropriadas pela companhia, sob a alegação de que segundo os princípios cristãos a terra pertence aos homens. De acordo com a matéria, o presidente da CODEVASF acusou o bispo de usar na região do Baixo São Francisco os mesmos métodos utilizados pelo comunismo (A Defesa, 15 de novembro de 1977).

Segundo a reportagem, Nilo Peçanha entendia a ação de Dom Brandão como uma nova forma de proselitismo pastoral e que seu objetivo seria “(...) *conquistar as massas, para manter seu prestígio e liderança na região, onde coloca o povo contra o governo, representado pela CODEVASF.*” (Correio Braziliense apud A Defesa, 15 de novembro de 1977, p. 04).

---

<sup>4</sup> Ver FRANÇA, Alex Sandro dos Santos. *A conversão de D. José Brandão de Castro: a ação social de mediadores religiosos na Diocese de Propriá – SE*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Orientação da Prof.<sup>a</sup> Maria de Nazareth Baudel Wanderley. pp 83-84.

Dom Brandão se defendeu em matéria publicada pelo *Jornal de Brasília* em 26 de outubro de 1977 e transcrita pelo *A Defesa* em 15 de novembro do mesmo ano.

O povo brasileiro já compreendeu o que muitos querem dizer, hoje em dia, quando chamam um bispo de comunista e o acusam de empregar métodos comunistas. Na realidade, tais acusações demonstram que a Igreja está apoiando, em determinada área, as reivindicações de um povo injustiçado que clama por seus direitos. De outro lado, esses acusadores apressados deveriam escutar sinceramente esses clamores que, no caso presente, partem dos agricultores das margens do São Francisco, gente pacífica e ordeira até agora. (*Jornal de Brasília* apud *A Defesa*, 15 de novembro de 1977, p. 04)

Dom Brandão sabia os riscos e dificuldades do trabalho desenvolvido a frente da Diocese de Propriá. Seu trabalho pastoral se confundia com sua ação social em prol dos menos favorecidos. Mesmo sofrendo acusações e ameaças não se amedrontou e chegou a planejar levar ao Papa suas denúncias sobre a situação enfrentada pela Diocese. Apesar de sair incólume de todo esse enredo de acusações e defesa, sabe-se, sobretudo a partir de seu principal biógrafo, o Padre Isaías Nascimento, que isto lhe custou bons anos de sua vida, encerrada na véspera do Natal de 1999, em Minas Gerais. Se não há ainda evidências claras sobre se aquele clima de pé de guerra constante teria surtido efeitos nocivos à saúde de Dom Brandão

## **Conclusão**

O enfiamento de Dom Brandão com políticos, instituições governamentais, autoridades locais, o tornaram personagem de destaque para a história da ditadura em Sergipe. O lugar social e cultural assumido pelo bispo de Propriá denota a postura radical adotada pela Diocese frente aos crescentes problemas do período.

Dom Brandão jamais se considerou comunista ou que suas atitudes encontrassem explicação em tal ideologia. O órgão oficial de imprensa de sua Diocese, *A Defesa*, por variadas vezes publicou matérias condenando tal sistema. Nesse contexto destacamos que Dom Brandão utilizou-se do jornal para expor seus ideais religiosos e sociais. Suas defesas das acusações que sofreu demonstram a incompatibilidade de seus pensamentos com os ideais comunistas. Observamos ser uma tendência da segunda metade do século XX utilizar este tipo de

acusação para com inimigos, fruto de uma cultura anticomunista disseminada com intuito de barrar a expansão de tais ideias pelo país.

A atuação do primeiro bispo de Propriá foi notadamente marcada pelo viés social. Em seu episcopado esteve preocupado com as pessoas mais necessitadas e comprometeu-se na defesa de direitos trabalhistas e humanos das populações da região do Baixo São Francisco. Para tanto enfrentou pessoas e instituições importantes na época. Cabe salientar que não objetivamos neste trabalho torna-lo mártir da questão social em Sergipe, contudo é necessário destacar que mesmo pertencendo a uma instituição historicamente conservadora, cultivou ideias progressistas tão em voga no período, como o foi, por exemplo, o debate sobre reforma agrária.

## **Referências**

### **Jornais:**

Jornal “**A Defesa**”. Propriá (SE). (1961-1987)

Jornal “**A Cruzada**”. Aracaju (SE). 1968-1970

Jornal “**Gazeta de Sergipe**”. (1964-1985)

Jornal “**A Semente**”. (1964)

Jornal “**A Voz do Lagarto**”. (1965-1966)

“**Jornal de Sergipe**”. (1978-1987)

“**Jornal da Cidade**”. (1972-1985)

“**Sergipe Jornal**”. (1964-1985)

### **Documentos da Comissão Estadual da Verdade:**

- Documento AC\_ACE\_10096\_80, 02 de setembro de 1980. D. Luciano Cabral Duarte: Denúncia contra D. Hélder Câmara.

- Documento 031/79. 20 de março de 1979. Prontuário e juízo sintético dos parlamentares eleitos em 15 nov 78.

- Documento 1964/81, 13 de agosto de 1981. Dom José Brandão de Castro- Bispo de Propriá/SE.

- Documento 3303/82, 27 de abril de 1982. Levantamento da subversão no Estado de Sergipe.

- Documento 3764/82, 14 de junho de 1982. Atuação do clero progressista.

- Documento 4229/82, 30 de julho de 1982. Ligações no processo subversivo- 3.4.
- Documento 9419/87, 20 de julho de 1987. Levantamento da área de Sergipe- 1987.
- Documento BR RJANRIO.TT.0.QUF.PRO.164, 15 de fevereiro de 1979. Investigação policial preliminar nº01/79.

### **Bibliografia:**

- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O Regime Militar em festa**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.
- ANDRADE, Péricles. **Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS - Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.
- ALVES, Márcio Moreira Alves. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ARAÚJO, Acrísio Torres. **Imprensa Sergipana**. Brasília: Gráfica do Senado, 1993.
- AZEVEDO, Thales de. **O Catolicismo no Brasil: um campo para pesquisa social**. Salvador. EDUFBA: 2002.
- AZEVEDO, Thales. **Igreja e Estado e tensão e crise: a conquista espiritual e o Padroado na Bahia**. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 23-79.
- BARRETO, Raylane Dias Navarro. Dom Luciano José Cabral Duarte e as vocações sacerdotais em Sergipe. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. nº 45, 2015, pp. 112-120.
- BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. In: **Mouseion**, n.12, mai-ago/2012, pp. 129-159.
- BEOZZO, José Oscar. **Pacto das Catacumbas: por uma igreja servidora e pobre**. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odalia. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BEZERRILL, Simone da Silva. **Imprensa e Política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão.** Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerrill.pdf>. Acesso em 15 de Agosto de 2015.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo.** 1. Ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional Ltda., 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação a edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz; trad. André Teles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL NUNCA MAIS/ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. 41. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CALONGA, Maurílio Dantylli. O Jornal e suas Representações: Objeto ou Fonte da História? **Comunicação & Mercado.** Vol. 01, n. 02, edição especial, Dourados-MG, p. 79-87, 2012.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O Jornal Gazeta de Sergipe- Uma contribuição para a história da imprensa.** <http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais1/encontrosnacionais/6oencontro20081/O%20JORNAL%20GAZETA%20DE%20SERGIPE.pdf>. Acesso em 18 de Agosto de 2015.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil.** São Paulo: Claridade, 2011.

CANCIAN, Renato. Conflito Igreja- Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. In: **Revista Angelus Novus**, USP – Ano VII, n. 11, 2016. pp.95-116.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; NETO, José Miguel Arias (Orgs.). **Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas.** Vinhedo: Editora Horizonte, 2015. pp. 115-141.

CARDOSO, Célia Costa. **Movimento: um jornal alternativo (1975-1981).** São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

CARDOSO, Célia Costa. **O Estado de São Paulo sob os governos militares (1963-1983).** São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

CARDOSO, Célia Costa. Políticos cassados no Estado de Sergipe em 1964. In: **Cadernos do Tempo Presente.** Edição n.10, dezembro de 2012.

- CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (Orgs). **Ditaduras: Memória, Violência e Silenciamento**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964-1984: Partidos e eleições num Estado autoritário**. 2º ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.
- ENGELKE, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural” (MG – 10/09/1950). In: **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. Pastoral da Terra** (Estudos da CNBB 11. Antologia de documentos e pronunciamentos pastorais). São Paulo: Edições Paulinas, 1977, pp. 43-53.
- FICO, Carlos. “Prezada censura”. Cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº5, set. 2002. pp. 251-286.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.24, nº 47, 2004. pp. 29-60.
- FILHO, Daniel Aarão Reis. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1. Ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2014.
- FRANÇA, Alex Sandro dos Santos. **A conversão de D. José Brandão de Castro: a ação social de mediadores religiosos na Diocese de Propriá – SE**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Orientação da Prof.<sup>a</sup> Maria de Nazareth Baudel Wanderley.
- FREITAS, Anamaria G. B. de; DANTAS, Maria José. Impressos Católicos em Sergipe e suas contribuições para a História da Educação. In: **Revista do IHGSE**, nº 37, 2008, pp. 133-162.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; NETO, José Miguel Arias (Orgs.). **Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2015.
- KUNG, Hans. **A Igreja Católica**. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de JANEIRO: Objetiva, 2002.
- KUSHNIR, Beatriz. Calar é consentir! Jornalistas colaboradores e censores no pós-1964. **Revista Contemporânea- Dossiê Contemporaneidade**. Ano 1, nº 1, 2011. Pp.170-182.
- LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**. Vol. 7 n.1. 2015. pp. 3-17. Disponível

em: [http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/Art.25\[3\].pdf](http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/Art.25[3].pdf). Acesso em 15 de Janeiro de 2016.

LENZENWEGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes; AMON, Karl; ZINHOBLE, Rudolf. **História da Igreja Católica**. Trad. Fredericus Stein. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LIMA, Fernanda M. V. de Andrade. **Contribuições de Dom Luciano Cabral Duarte ao ensino superior sergipano (1950-1968)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. Orientação da Prof<sup>a</sup>. Anamaria Gonçalves B. de Freitas.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa BRAZ DE Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985**. São Paulo: editora brasiliense, 1989.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MEDINA, Ana Maria Fonseca. Dom Luciano José Cabral Duarte. In: **Revista do IHGSE**. n° 45, 2015. Pp. 142- 153.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 23-43.

MOTA, Cristiane Lopes da. O Hábito e a Farda em Defesa da Ditadura: a Madre Maria do Rosário e o Tenente Geraldo Pessoa Sales. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (Orgs). **Ditaduras: Memória, Violência e Silenciamento**. Salvador: EDUFBA, 2017. Pp. 427-440.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2000. Orientação da Profa. Dra. Suely Robles Reis De Queiroz.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1 ed. 3 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

NASCIMENTO, Isaías. **Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além de seu tempo**. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

NASCIMENTO FILHO, Isaías. **Dom Brandão, o Profeta do povo de Deus no Baixo São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2012. Orientação do Prof. Luiz Carlos Luz Marques.

NASCIMENTO FILHO, Isaías. **Dom Brandão: um pastor com cheiro de ovelhas**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2017.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Imprensa no Brasil: Do Império à Primeira República. In: **Revista do Arquivo Nacional**, v. 19, n. 1/2 jan/Dez, p. 37-52, dez. 2011. ISSN 22378723. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/55/55> Acesso em: 15 Jul. 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. A Igreja Católica e as Ditaduras do cone sul (1960-1980). **Outros Tempos**, vol. 12, n. 20, 2015. pp. 74-94. ISSN: 1808-8031.

REIS, Carla D. S. dos. **Ditadura, política e censura: Gazeta de Sergipe e Rádio Liberdade (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Célia Costa Cardoso.

REIS, Carla D. S. dos. O papel da imprensa aracajuana durante o Governo Militar: análise da Gazeta de Sergipe. **Cadernos do Tempo Presente**, V. 6, p. 01-09, 2012.

REIS, Carla D. S. dos. Gazeta de Sergipe: “Gazeta Combativa”?(1959-1968). **Revista Crítica Histórica**, ano V, nº 10, p 37-63,2014.

RODEGHERO, CARLA Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002. pp. 463-488.

SANTANA, Glêyse Santos. **A guinada da igreja progressista em Sergipe: o bispado de Dom José Vicente Távora (1958-1970)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Orientação do Prof. Dr. Péricles Morais de Andrade Júnior.

SANTOS, Ana Luzia. **Educação na imprensa católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969)**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006. Orientação do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Contradições da romanização da Igreja no Brasil: A festa de São Benedito em Lagarto - SE (1771-1928)**. Aracaju: Edise, 2016.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. O Sacerdote Artista da Palavra: Dom Luciano José Cabral Duarte e a Academia Sergipana de Letras. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 45, 2015. pp. 122- 130.

SANTOS, Jose Adeilson. **A Igreja Católica e a reforma agrária: atuação da Pastoral da Terra da Diocese de Propriá (SE) na década de 80**. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.

SANTOS, Mislene Vieira dos. **Da ditadura à democracia: O Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e a política cultural sergipana (1972-1995)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Célia Costa Cardoso.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, Celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Eduardo Augusto Santos. **Luciano José Cabral Duarte e as ressonâncias do Concílio Vaticano II, em Sergipe (1962-1971)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Orientação do Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

SILVA, Rosemiro Magno da. **A luta dos posseiros de Santana dos Frades**. São Cristóvão, SE: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

SILVA, Severino Vicente da. **Da Guerra à Neocrisandade – A Tribuna Religiosa (1917-1919)**. Curitiba: Primas, 2015.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo católico na arquidiocese de Olinda e Recife**. 2. Ed. Recife: Editora UFPE, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Trad. Mario Salviano Silva. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Recebido em 25/05/ 2019

Aprovado em 12/ 06/ 2019

Publicado em 25/08/ 2019